

Sobre a MOÇÃO B

## “POR UM SINDICATO MAIS FORTE NAS ESCOLAS E COM OS PROFESSORES”

Rosa Vaz\*

Ao longo dos últimos anos temos vindo a sentir os efeitos perversos de políticas governativas de direita que optam claramente por desvalorizar o valor do trabalho, destruir os direitos dos trabalhadores e das populações, atacar as funções sociais do estado e afrontar a Constituição da República e os valores alcançados com a Revolução de Abril.

Após quase quatro anos de aplicação do *memorando*, o país está económica e socialmente devastado e a sua soberania fortemente cerceada. Temos 1 milhão e meio de pessoas sem emprego e pode afirmar-se sem erro que a generalidade das famílias portuguesas foi tocada pelo estigma do desemprego ou da precariedade laboral. Os jovens vivem na angústia de um futuro incerto. Muitos não sabem se poderão retomar os estudos no próximo ano, outros continuarão a engrossar os números do desemprego e outros ainda sairão do país esmagados por dificuldades insuperáveis, empurrados pelo governo para a emigração.

Também os professores têm sentido a violência desta política que tudo arrasta e tudo destrói. Há muito que veem ameaçada a escola pública onde trabalham, depauperados os recursos de que necessitam para o seu labor docente, as turmas aumentadas tal como a quantidade e diversidade dos problemas que existem no seu seio, mais e mais trabalho administrativo e burocrático, menos apoios para os alunos com NEE, menos recursos humanos docentes e não docentes para as inúmeras tarefas que a escola comporta, novos currículos quando ainda mal se tinham adaptado aos que há pouco tempo haviam mudado, desumanizadas as relações e os espaços com mega-agrupamentos que geram descoordenação pedagógica, leis, decretos-leis, despachos novos todos os dias sobre a escola, sobre a profissão, sobre os direitos que tinham e vão perdendo.

Há muito que veem ameaçadas as condições para fazerem o que sabem e querem fazer: ensinar e cuidar da aprendizagem dos seus alunos.

Nestes últimos anos tudo se agravou. Milhares de professores foram postos fora do sistema e ano após ano alguns outros milhares vivem cada final de ano letivo sob a ameaça de não mais voltarem à escola. Esta semana mesmo, alguns professores foram enviados para a requalificação que, até prova em contrário, significa despedimento para quem a ela é sujeito.



**Os desafios  
da docência**  
perante o recuo dos direitos de cidadania  
5 e 6 de fevereiro de 2015  
fórum Lisboa

É a PACC e a ignomínia que a mesma traz a quem tem que a realizar. É o aumento do horário de trabalho agravado pela possibilidade de remeter

para a componente não letiva tarefas e atividades (direção de turma, coadjuvação e apoios a alunos) que pela sua natureza são claramente letivas (sendo que, no seio da OCDE, o horário letivo dos professores portugueses é um dos que tem maior carga letiva). É o projeto de municipalização da educação inserido no “Programa *Aproximar Educação*”, agora adotado pelo Governo, etapa fundamental duma estratégia mais vasta de ofensiva contra a Escola Pública e o sistema público de Educação e Ensino. A chamada *municipalização* é apenas uma, entre outras modalidades, do processo de privatização da Educação. A Educação como bem de mercado, altamente rentável, é um negócio cobiçado por grupos privados, no entanto, não é apenas esse o alcance de quem tem procurado destruir este direito constitucional. São muitas as opções de política educativa que confirmam uma alteração de paradigma que passa por dificultar o acesso dos filhos das classes mais desfavorecidas aos níveis superiores do conhecimento, num processo continuado de elitização do ensino.

Mas os professores têm dado provas de resistência e luta contra a destruição da escola pública, contra a descaracterização e desvalorização da sua profissão. E, estamos, certos, com o seu Sindicato, vão continuar a fazê-lo!

De acordo com um estudo realizado recentemente foram encontradas fortes correlações entre a satisfação profissional e a autoestima dos docentes. Concluiu-se igualmente que grande parte da variação registada na autoestima se associava à dimensão “Alunos”, ou seja, mais do que de qualquer benefício pessoal, como carreira ou salário, a realização profissional dos professores está dependente do sucesso educativo dos seus alunos. Quando lutam, é por si e pela sua classe profissional que lutam, mas é igualmente pelos seus alunos e por uma escola pública de qualidade, promotora de sucesso educativo.

Por isso mesmo, os professores e a sua luta são um exemplo que importa valorizar.

A luta dos professores nunca é contra os alunos, mas sim em defesa Escola Pública das necessárias condições para promover com sucesso a Educação e a Formação integral dos alunos e a qualidade do processo ensino/aprendizagem a que eles têm direito, em defesa da estabilidade e continuidade pedagógica contra a mobilidade especial, pela dignidade e respeito que merece e exige a profissão docente. Esse é também o compromisso dos proponentes da moção B:

- Defender a Escola Pública, as condições de trabalho para o pleno desenvolvimento e realização da profissão docente, pela valorização da Ciência, pelo papel emancipador da Educação e do acesso ao Conhecimento.
- Um SPGL interveniente e prestigiado capaz de protagonizar todas as ações de luta que visem alcançar e garantir os direitos profissionais dos educadores, professores e investigadores, nomeadamente:
  - Acompanhar e apoiar atentamente, e com ações concretas, os professores contratados, em início de carreira, em situação de precariedade ou de desemprego;
  - Lutar contra a realização da PACC e contribuir para desmistificar o discurso oficial do MEC provando que aquela prova nada prova a não ser a teimosia de um ministro e o seu intento de humilhar os professores.
  - Lutar pela dignificação da condição docente através da revalorização da carreira e da exigência de uma formação inicial de qualidade, complementada com uma formação contínua adequada às necessidades da escola e financiada pelo MEC;

- Acompanhar os professores aposentados, proporcionando-lhes um conjunto de atividades que permitam a ocupação ativa dos seus tempos livres mas também sua mobilização para a luta, promovendo a continuidade da ligação ao sindicato;
- Participar na denúncia e combate às tentativas de municipalização da Escola Pública que têm sido desenvolvidas pelos últimos governos e se têm intensificado com a ação governativa do atual MEC;
- Denunciar a intensificação do processo de privatização de crescentes sectores e atividades desenvolvidas no seio da Escola Pública, lutando contra a entrega a privados das cantinas e refeitórios escolares, das papelarias, da limpeza e de outros serviços que devem manter-se na esfera pública;
- Por um SPGL que defenda a Escola Pública, Gratuita, Inclusiva e de Qualidade para Todos, de acordo com os princípios consignados na Constituição da República Portuguesa e na atual Lei de Bases do Sistema Educativo, e como um dos pilares estruturantes do regime democrático e da democracia e uma das mais importantes conquistas de Abril.

### **Organização sindical**

Assumindo a necessidade e a urgência de dar conteúdo à Luta contra o ataque à Escola Pública, Democrática, Inclusiva e de Qualidade para Todos, que tem sido desenvolvido pelos sucessivos governos durante a última década, a moção B, em discussão neste V Congresso do SPGL, afirma a necessidade absoluta de um sindicato forte, sustentado numa forte ligação às escolas e aos professores.

Quanto mais implantada, forte e atuante for a organização sindical na escola, mais capacidade de intervenção, mais prestígio e força tem o sindicato para alcançar com sucesso os objetivos definidos para a promoção e defesa dos direitos e interesses dos professores e da escola Pública.

Para que a organização seja forte e atuante, terá não só de representar o maior número possível de professores da escola (para o que será necessário dar um forte incremento à sindicalização), mas ser capaz de intervir quotidianamente na resolução dos problemas, na promoção da ação reivindicativa, na defesa dos direitos, no esclarecimento e na mobilização para as lutas da classe e para as lutas solidárias com os demais trabalhadores, procurando sempre garantir uma elevada participação nas decisões e na vida do sindicato.

Para isso, não basta ir às escolas. É preciso estar lá. É preciso ter sempre presente que o sindicato tem a sua raiz orgânica assente nos locais de trabalho, que no nosso caso é a Escola. É urgente aumentar a rede de delegados sindicais e onde não houver condições para os eleger, discutir com os sócios qual a melhor forma de assegurar o trabalho sindical na escola.

Assim, o reforço da organização sindical no local de trabalho é uma tarefa prioritária, que deve ser assumida por toda a estrutura e por todos os quadros sindicais, qualquer que seja o seu nível de responsabilidade. Para tal, a ação sindical deve ser planificada de forma integrada por forma a potenciar os meios e os recursos disponíveis em todo o território abrangido pelo SPGL. É necessário interligar num só tempo de intervenção a sindicalização, a organização, a resolução de problemas concretos dos professores em cada escola e a ação

reivindicativa. Este é um passo decisivo para o fortalecimento da organização sindical nas escolas e aumento de prestígio do SPGL junto dos educadores, professores e investigadores.

Assim propomos que o V Congresso do SPGL defina como linhas orientadoras da ação sindical no futuro imediato:

- Promover a reanimação e a ação dos núcleos sindicais, a valorização do papel e a intervenção dos delegados sindicais enquanto elementos estruturantes da vida e presença do sindicato nas escolas;
- Desenvolver uma ação sindical centrada nas escolas e nos problemas concretos dos professores e educadores, intensificando e melhorando a intervenção dos dirigentes e delegados sindicais e alargando de forma significativa a rede de delegados sindicais;
- Reforçar a sindicalização e o combate à crescente dessindicalização, com particular atenção aos jovens professores, reafirmando que só a força organizada e consequente dos professores é o meio para desenvolver a luta em defesa dos seus direitos;
- Garantir uma efetiva participação dos sócios na vida e nas decisões do SPGL, nomeadamente revalorizando a Assembleia Geral de Sócios e as Assembleias de Delegados Sindicais, realizando-as, sempre que possível, de modo descentralizado

Só com essa presença regular do sindicato nas escolas, por ser esse o espaço onde os professores e educadores desenvolvem a sua atividade, e onde a ação reivindicativa ganha sentido, é possível defender com firmeza e eficácia a classe docente e uma escola pública que esteja ao serviço do povo português e do desenvolvimento do país.

### **O SPGL e a FENPROF**

Neste V Congresso a moção B propõe que o SPGL contribua de forma ativa e para reforçar a afirmação e o prestígio da FENPROF e da sua ação e iniciativa, participando de forma empenhada e cooperante na definição da política sindical e educativa e nas ações a desenvolver pela federação;

### **O SPGL na Frente Comum e na CGTP**

- Manter uma participação empenhada e ativa na definição da política sindical e nas lutas do movimento sindical unitário na Frente Comum e CGTP, numa lógica de unidade na ação e de respeito pelas decisões coletivamente sufragadas e pela identidade de cada sindicato.

### **Por um Sindicalismo internacional forte, combativo e de classe**

Os proponentes da Moção B consideram que o SPGL, no quadro da CGTP, deve continuar a defender a opção de que aquela organização mantenha a sua intervenção na Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), na qual está filiada, bem como as relações bilaterais com a maioria das organizações sindicais nacionais e outras do Continente europeu, filiadas ou não na CES. Sendo este um espaço importante no âmbito da ação internacional, consideramos que o SPGL, deve apoiar de forma clara a decisão tomada no último Congresso da CGTP no sentido de que esta continue a participar ativamente nos órgãos, organismos e grupos de trabalho da CES, bem como deve aprofundar os contactos e ações convergentes com outras

organizações com vista a favorecer estratégias de ação e luta capazes de responder aos problemas que os trabalhadores e os povos europeus enfrentam.

Consideramos necessário mais sindicalismo de classe na Europa e em cada País europeu, organizações sindicais fortes que potenciem a convergência e a unidade na ação tendo em vista lutas consequentes, unitárias, poderosas e que possam ser efetivamente transformadoras, visando a construção de um mundo mais justo para todos os trabalhadores.

**POR UM SINDICATO MAIS FORTE NAS ESCOLAS E COM OS PROFESSORES!**

Viva o SPGL!

\* Membro do Conselho Geral do SPGL.